

Despacho n.º 14183/2011

O Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, instituído pelo Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, é dirigido por um alto-comissário equiparado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma, a subsecretário de Estado para efeitos de estatuto, remuneração e constituição de gabinete.

Por outro lado, o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, manda aplicar ao gabinete do Alto-Comissário o disposto no Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e demais legislação aplicável aos gabinetes dos membros do Governo.

Com a exoneração do anterior Governo e atento o teor do despacho de nomeação da Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, n.º 11222/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 6 de Setembro de 2011, torna-se necessário assegurar a continuidade dos membros e colaboradores do anterior Gabinete pelo que, no sentido de assegurar o funcionamento da nova estrutura no âmbito da concepção, execução e avaliação das políticas públicas relacionadas com a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como da promoção do diálogo entre as diversas culturas étnicas e religiões, importa novamente determinar a composição do novo gabinete.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, e o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio:

1 — Nomeio para prestar apoio técnico ao meu Gabinete a licenciada em Economia Maria Miguel Costa Neves Santos Silva Jarnac de Freitas, técnica superior do Instituto Camões, para realizar estudos e ou prestar conselho técnico, no âmbito da respectiva especialidade, sendo equiparada, apenas para efeitos remuneratórios, a secretária pessoal de gabinete, acrescendo ao seu vencimento os subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como, quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, o abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo de montante igual ao fixado para os secretários pessoais do meu Gabinete.

2 — A presente nomeação tem efeitos a 28 de Junho de 2011 e cessa a 31 de Agosto do mesmo ano, reconhecendo o zelo, a diligência e o elevado grau de profissionalismo com que exerceu as suas funções.

11 de Outubro de 2011. — A Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, *Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto*.
17132011

Biblioteca Nacional de Portugal, I. P.**Despacho (extracto) n.º 14184/2011**

Por meu despacho de 9 de Agosto de 2011 e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para a categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, aberto pelo Aviso n.º 6485/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 10 de Março de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os assistentes técnicos, Francisca Teresa Vidal Pinelo, Paulo Humberto de Sousa Anjos Pinto Teixeira, posicionados na 1.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório 5, Maria Luísa Duarte de Abreu Carreira Caiado Lopes, posicionada entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório entre 9 e 10, e Joaquina dos Anjos Marques Pena de Sousa, posicionada entre a 7.ª e 8.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório entre 12 e 13, com efeitos a 1 de Setembro de 2011, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

26 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.
205237188

Despacho (extracto) n.º 14185/2011

Por meu despacho de 9 de Agosto de 2011 e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para a categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, aberto pelo Aviso n.º 6192/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 3 de Março de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o assistente operacional Rui Manuel Ferreira Rasteiro, ficando posicionado na 1.ª posição remuneratória e, no nível

remuneratório 1, com efeitos a 11 de Agosto de 2011, nos termos do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

26 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.
205238346

Despacho (extracto) n.º 14186/2011

Por meu despacho de 9 de Agosto de 2011 e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para a categoria de assistente operacional, do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, aberto pelo Aviso n.º 6879/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 16 de Março de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as assistentes operacionais, Adélia Oliveira Pais de Loureiro, Sónia Cristina Sousa Pinto Castro, Mariana Dias Delgado Resende, Teresa Maria Valente Moreira, posicionadas entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório entre 1 e 2, e Ana Paula de Carvalho Silvestre Marvão, posicionada entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório entre 2 e 3, com efeitos a 1 de Setembro de 2011, nos termos do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

26 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.
205238151

Despacho (extracto) n.º 14187/2011

Por meu despacho de 9 de Agosto de 2011 e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para a categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, aberto pelo Aviso n.º 5882/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 28 de Fevereiro de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o técnico superior Manuel de Castro Henriques Botelho Moreno, ficando posicionado entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória e, no nível remuneratório 15 e 19, com efeitos a 1 de Setembro de 2011, nos termos do artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

26 de Setembro de 2011. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.
205238232

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo**Aviso n.º 20843/2011**

1 — Nos termos do previsto no n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, conjugado com o estabelecido na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, da mesma Portaria, torna-se pública a lista unitária de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, na carreira e categoria de Técnico Superior, aberto pelo Aviso n.º 13844/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho e homologada por despacho do Director Regional de Cultura de 13.10.2011.

Lista Unitária de Ordenação Final

Candidatos aprovados:

Paula Carolina Ribeiro Nunes da Silva — 15,806 valores

Candidatos excluídos:

Hortense Isabel Verdades Cordeiro dos Santos a)
José António da Silva Lourenço Gonçalves b)
Rute Tatiana Figueiredo Serra b) e c)
Sílvia Rafaela Araújo Ribeiro c)

a) Não possui relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, conforme requisito previsto na alínea a) do n.º 8 do aviso de abertura

- b) Pertencer à Administração Local ou Regional
 c) Não é detentor da categoria, conforme requisito de admissão previsto na alínea c) do n.º 8 do aviso de abertura

2 — De acordo com o consignado no n.º 3 do artigo 39.º da supra citada Portaria, cabe recurso hierárquico.

3 — A lista unitária de ordenação final homologada encontra-se afixada nas instalações da Direcção Regional, bem como na página electrónica da Direcção Regional em <http://www.drclvt.pt>.

13 de Outubro de 2011. — O Director Regional, *João Soalheiro*.
 205239375

Despacho n.º 14188/2011

Fernando José Pestana de Melo Moser, da categoria e da carreira de Técnico Superior do quadro de pessoal da extinta Direcção Regional de Lisboa do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico, desde 01.05.2007 em comissão de serviço num cargo de direcção intermédia de 2.º grau no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., é reafectado com a mesma categoria e carreira ao mapa de pessoal da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, ao abrigo do n.º 14 do artigo 13.º (aditado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro) da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

10 de Outubro de 2011. — O Director Regional, *João Soalheiro*.
 205239367

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Anúncio n.º 15101/2011

Projecto de Decisão relativo à fixação da zona especial de protecção (ZEP) da Ermida de São Sebastião, freguesia de São Pedro, concelho de Faro, distrito de Faro

1 — Nos termos dos artigos 23.º e 44.º e para os efeitos dos artigos 25.º e 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, faço público que, com fundamento em parecer da Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA — CNC), de 12/11/2008, é intenção do IGESPAR, I. P. propor a S. Ex.ª o Secretário de Estado da Cultura, a fixação da zona especial de protecção (ZEP) da Ermida de São Sebastião, da freguesia de São Pedro, concelho de Faro, distrito de Faro, conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio.

2 — Nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas electrónicas dos seguintes organismos:

- a) Direcção Regional de Cultura do Algarve (DRCA Algarve), www.cultalg.pt
 b) IGESPAR, I. P., www.igespar.pt;
 c) Câmara Municipal de Faro, www.cm-faro.pt

3 — O processo administrativo original está disponível para consulta na Direcção Regional de Cultura do Algarve (DRC Algarve), Rua Francisco Horta, n.º 9, 1.º D — 8000-345 Faro.

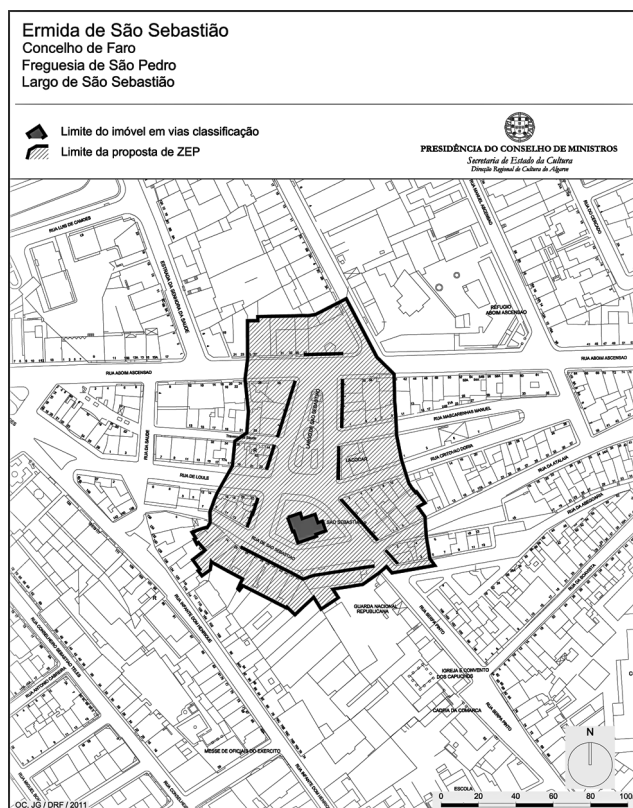
4 — Nos termos do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, a consulta pública terá a duração de 30 dias úteis.

5 — Nos termos do artigo 28.º e do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo decreto-lei, as observações dos interessados deverão ser apresentadas junto da Direcção Regional de Cultura do Algarve, que se pronunciará num prazo de 15 dias úteis.

6 — Caso não sejam apresentadas quaisquer observações, a ZEP será publicada no *Diário da República*, nos termos do artigo 48.º do diploma legal acima referido, data a partir da qual se tornará efectiva.

7 — Aquando da publicação referida no número anterior, os imóveis incluídos na ZEP ficarão abrangidos pelo disposto nos artigos 36.º, 37.º e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

11 de Outubro de 2011. — O Director do IGESPAR, I. P., *Luis Filipe Capaz Coelho*.



205236937

Anúncio n.º 15102/2011

Abertura do procedimento de classificação da Igreja Matriz de S. Tiago, no Louriçal, freguesia de Louriçal, concelho de Pombal, distrito de Leiria

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, faço público que, por meu despacho de 10 de Agosto de 2010, exarado sobre informação da Direcção Regional de Cultura do Centro, determinei a abertura do procedimento administrativo relativo à classificação da Igreja Matriz de S. Tiago, no Louriçal, freguesia de Louriçal, concelho de Pombal, distrito de Leiria.

2 — A decisão de abertura do procedimento de classificação em causa teve por fundamento os critérios gerais de carácter histórico-cultural, estético-social e técnico-científico, reforçados pelos critérios complementares de integridade, autenticidade e exemplaridade se atentarmos na qualidade e estado de conservação da arte e arquitectura de época manuelina, renascentista e barroca patentes no imóvel.

3 — A partir da publicação deste Anúncio, a Igreja Matriz de S. Tiago, sita no Largo do Prior Campos no Louriçal, freguesia de Louriçal, concelho de Pombal, distrito de Leiria, fica em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

4 — O imóvel em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona geral de protecção (50 metros contados a partir dos seus limites externos), conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio, ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro.

5 — Conforme previsto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, poderão os interessados, sustentando o facto, reclamar ou interpor recurso tutelar do acto que decide a abertura do procedimento de classificação no prazo de quinze dias úteis, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, junto da Direcção Regional de Cultura do Centro.

12 de Outubro de 2011. — O Director do IGESPAR, I. P., *Luis Filipe Coelho*.